



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA.
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS.
BRUNA ABRA PAGGIARO

**Considerações acerca do Desenvolvimentismo,
Novo-desenvolvimentismo e Social-desenvolvimentismo**

Brasília
2018

BRUNA ABRA PAGGIARO

**Considerações acerca do Desenvolvimentismo,
Novo-desenvolvimentismo e Social-desenvolvimentismo**

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharelado em Ciências Econômicas, na Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof^a Dr^a.Andrea Felipe Cabello

Brasília

2018

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Departamento de Economia

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharelado em Ciências Econômicas, na Universidade de Brasília.

**Considerações acerca do Desenvolvimentismo,
Novo-desenvolvimentismo e Social-desenvolvimentismo**

Bruna Abra Paggiaro

Aprovado por:

Professora orientadora: Prof. Dra. Andrea Felipe Cabello

Professora examinadora: Dra. Daniela Freddo

Brasília, _____ de _____ de 2018.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, por me dar foco e saúde para conseguir ir em busca dos meus objetivos, inclusive nos momentos de dúvida.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Andrea Felipe Cabello, por ter sido exatamente a pessoa que eu precisava para me auxiliar durante esse processo, tanto no que se refere ao conteúdo, quando no aspecto humano. Mesmo quando eu acreditava que não havia luz no fim do túnel, ela mostrava que estava tudo bem e que as coisas eram mais simples do que pareciam, tornando o caminho mais ameno.

À minha família, que sempre me amparou quando necessário. Consegui chegar até o final, pois sempre tive uma estrutura sólida que me dá base para enfrentar os obstáculos que se surgem ao longo do caminho.

Às minhas amigas, que constantemente me recordavam que “falta tão pouco, agora é só mais essa etapa”. Por menor que seja, isso realmente me ajudava a continuar.

Cada um desempenhou um papel único nessa jornada, e acredito que sem vocês eu não teria chegado até aqui. Obrigada, de verdade!

Resumo

Este trabalho tem como foco a análise do desenvolvimentismo em linhas gerais e no contexto brasileiro. Assim, será abordada a origem do pensamento desenvolvimentista e seu embasamento teórico. Em seguida mostra quais fatores permitiram que se instalasse no Brasil e suas principais características, bem como sua recente retomada, tendo como foco a política macroeconômica do novo-desenvolvimentismo e do social-desenvolvimentismo.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo, Novo-desenvolvimentismo, Social-desenvolvimentismo.

Abstract

This work focuses on the analysis of developmentalism in general lines and in the Brazilian context. Thus, the origin of developmental thinking and its theoretical basis will be approached. It then shows which factors allowed it to settle in Brazil and its main characteristics, as well as its recent resumption, focusing on the macroeconomic policy of new-developmentalism and social-developmentalism.

Palavras-chave: developmentalism, new-developmentalism, social-developmentalism.

Sumário

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1: Desenvolvimentismo e o pensamento da Cepal	11
1.1 Tendências ao desemprego	13
1.2 Deterioração dos termos de troca	14
1.3 Tendência ao desequilíbrio externo	15
1.4 Inflação e a tese estruturalista	15
1.5 A teste da substituição das importações	16
CAPÍTULO 2: Desenvolvimentismo na moldura brasileira	19
2.1 Correntes precursoras do desenvolvimentismo	21
2.1.1 Nacionalismo	21
2.1.2 Defensoras da indústria	22
2.1.3 Papelistas	23
2.1.4 Positivistas	23
2.2 O desenvolvimentismo propriamente dito	24
CAPÍTULO 3: Esgotamento e retomada do desenvolvimentismo	28
3.1 Novo-desenvolvimentismo	30
3.1.1 Política monetária	31

3.1.2 Política fiscal	32
3.1.3 Política salarial	33
3.1.4 Política cambial	34
3.1.5 Análise da proposta novo-desenvolvimentista	34
3.2 Social-desenvolvimentismo	35
3.2.1 Política cambial	37
3.2.2 Política fiscal	38
3.2.3 Regime de metas de inflação	38
3.2.4 Análise da proposta social-desenvolvimentista	39
CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43

Introdução

O pensamento econômico brasileiro recebeu forte influência da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Cepal, que teve como principal expoente o economista argentino Raul Prebisch, o qual entendia que o subdesenvolvimento não pode ser considerado uma etapa comum a todos os países, e sim como uma condição periférica do capitalismo.

Fatores externos como a Primeira Guerra Mundial e a Crise de 1929 fizeram com que a liquidez internacional diminuísse significativamente, gerando grande impacto nas economias subdesenvolvidas, que dependiam dos países desenvolvidos para importar e exportar. Isso favoreceu a difusão e a adoção das diretrizes desenvolvimentistas pelas economias periféricas. Assim, o desenvolvimento industrial como forma de superação da pobreza, tendo como base as mudanças estruturais dessas regiões foi ganhando cada vez mais adeptos.

Até então, o Brasil apresentava estrutura tipicamente colonial, sua Revolução Industrial foi tardia, quando comparada aos demais países. As transformações do mercado externo, juntamente com o surgimento de um mercado interno fizeram com que o desenvolvimentismo se fortalecesse na orientação da política econômica. Dessa forma o Estado foi ganhando cada vez mais espaço na orientação da economia da época, colocando gradativamente de lado o liberalismo econômico.

Nesse contexto, o modelo primário-exportador tornou possível certo grau de acumulação de capital na infraestrutura, no transporte e na energia. O trabalho assalariado viabiliza o surgimento de um mercado interno e do processo de urbanização. O desenvolvimentismo baseado no modelo de substituição de importações foi predominante no pensamento econômico brasileiro entre 1930 e 1980. Após esse período, o aprofundamento da crise externa levou ao seu esgotamento, mudando o foco do protecionismo para o

pensamento neoliberal, pautado na concorrência como impulsor do crescimento da economia

Para os neoliberais, o desenvolvimentismo baseado no modelo de substituição de importações havia se esgotado e precisava ser substituído. Os defensores do desenvolvimentismo, porém, acreditavam que ele tinha apenas falhado e precisava de alguns ajustes em relação ao modelo anterior para que prosperasse. Nesse contexto surge o novo-desenvolvimentismo, que tem como foco a taxa de câmbio, e o social-desenvolvimentismo, que se apoia no consumo de massa.

Este trabalho está dividido em três capítulos, além da introdução e da conclusão. Em sua primeira parte, será abordada origem do pensamento desenvolvimentista e suas características. No segundo capítulo, mostraremos quais fatores internos levaram à adoção do desenvolvimentismo no Brasil, assim como quais fatores do nosso contexto histórico contribuíram para isso. Na terceira seção, mostraremos como ocorreu o desenvolvimentismo no contexto brasileiro. Para tal, serão analisados o velho desenvolvimentismo, e mais tarde o novo-desenvolvimentismo e o social-desenvolvimentismo.

1. Desenvolvimentismo e o pensamento na Cepal

A formação do pensamento econômico brasileiro recebeu forte influência do pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Cepal, que teve como principal expoente o economista argentino Raul Prebisch. A teoria do desenvolvimentismo de Prebisch¹ e da Cepal é uma análise de como transcorre a transformação da economia nos países latino-americanos, os quais seguem um padrão diferente das economias industrializadas.

O texto “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas”, de 1949, escrito por Prebisch, constitui a gênese do pensamento cepalino e expõe os problemas estruturais da economia da América Latina e os motivos para seu atraso.

Com a Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, a Crise de 1929, a direção do crescimento das economias subdesenvolvidas sofreu alteração, o liberalismo econômico abriu espaço para o protecionismo e planejamento estatal. A defesa da indústria passa a ser protagonista para a superação da pobreza e crescimento econômico nos países da América Latina.

O ponto de partida para estudar a teoria cepalina é entender o conceito de “centro-periferia”. Floto, (1989) aponta que essa denominação é um resultado histórico que explica a forma como se propagou o progresso técnico na economia mundial (*apud* Couto, 2007).

Desde o início, a divisão internacional do trabalho causou diferentes efeitos entre as economias das regiões centrais e periféricas. No primeiro caso, o desenvolvimento industrial foi mais rápido e elevou simultaneamente a produtividade de todos os setores, promovendo um nível técnico mais homogêneo. Já as economias periféricas eram responsáveis por abastecer as

¹ Economista argentino formado pela Faculdade de Ciências Econômicas de Buenos Aires. Foi o mais destacado intelectual da Cepal, tendo iniciado a linha estruturalista desse pensamento econômico.

economias centrais com alimentos e matérias primas. O sistema produtivo apresentava grande contraste, pois o foco eram as áreas que estavam voltadas para exportação, as quais eram altamente produtivas, enquanto os demais setores eram preteridos e atrasados (Bielschowsky, 1988).

O maior protecionismo nos centros, a menor elasticidade-renda da demanda por produtos primários e redução das importações teriam sido responsáveis por um processo espontâneo de industrialização, forçando a periferia a adotar um padrão novo de desenvolvimento “para dentro”.

A difusão do progresso técnico dos países que o geram ao resto do mundo tem sido, do ponto de vista de cada geração, relativamente lento e irregular. Durante o longo período que transcorreu entre a Revolução Industrial e a I Guerra Mundial, os novos métodos de produção nas quais a técnica se expressou atingiram apenas fração da população mundial... Assim, os grandes centros industriais do mundo cresceram, enquanto a vasta e heterogênea área da periferia apenas partilhava de fatia irrisória dos aumentos de produtividade. Nessas áreas periféricas, o progresso técnico apenas afetou pequenos setores da vasta população, já que, em geral, apenas penetrou onde foi necessário à produção de alimentos e matérias primas de baixo custo para consumo dos grandes centros industriais. (Prebisch, 1949, p.34)

Segundo Bielschowsky (1988), os países desenvolvidos seguiram um processo clássico de industrialização, em que a demanda acompanhava as descobertas tecnológicas e a expansão da riqueza, assim a estrutura de consumo da sociedade estava atrelada às mudanças na estrutura produtiva.

Os países subdesenvolvidos, porém, apresentam um padrão diferente de consumo: seu modelo de crescimento é “para fora”. Os bens modernos são importados dos países desenvolvidos e isso é feito com os rendimentos oriundos das importações de ativos primários, que são exportados para os países industrializados.

As economias menos desenvolvidas apresentam baixo grau de produtividade e diversificação, exceto no setor exportador, que é responsável

por mover a economia. Isso ocorre, porém, de maneira insatisfatória, já que a renda gerada pela exportação não é suficiente para satisfazer as importações requeridas nessa circunstância (Bielschowsky, 1988).

Prebisch (1949) aponta que a industrialização é fundamental para captar os produtos do progresso técnico, observado nos países centrais, e elevar progressivamente o padrão de vida nas economias periféricas. O processo industrial não consiste um fim em si só, já que os benefícios do desenvolvimento não são igualmente observados nos dois centros e o incremento da atividade industrial é a única forma de superar isso.

Para melhor compreendermos isso, serão analisadas as principais teses da Cepal para o atraso das econômicas periféricas.

1.1 Tendências ao desemprego

Nos centros, observamos que o progresso técnico possui duplo efeito: os avanços fazem com que menos pessoas sejam necessárias para produzir determinado bem, gerando desemprego, porém os investimentos absorvem esse contingente ocioso, realocando-as em novos setores.

Já nas economias periféricas, a absorção do excedente de mão de obra é mais difícil, pois há insuficiência de poupança e de acumulação de capital. O aumento demográfico acentua ainda mais esse cenário, pois a mão de obra já é abundante, enquanto o capital é escasso. Isso, contudo, não influencia a decisão dos empresários de priorizar a melhor técnica produtiva. Os centros têm o domínio tecnológico, que é importado pelas economias periféricas. Os meios de produção empregados, conforme evoluem, dependem cada vez menos do emprego de pessoas para operá-los, o que contribui para o aumento do desemprego (Pereira, 2011).

1.2 Deterioração dos termos de troca

David Ricardo, em sua teoria das vantagens comparativas, defende que as nações não precisam ter vantagem absoluta na produção das mercadorias, a vantagem precisa ser relativa. É necessário ter custos menores na produção de um bem e nele especializar-se. Os bens que não fossem produzidos internamente deveriam ser importados, assim cada país teria um estoque maior de bens para consumir do que teria caso cada um produzisse cada um dos produtos (Pereira, 2011).

Esse princípio ricardiano foi rebatido pela Cepal, que defendia a deterioração dos termos de troca, já que as regiões atrasadas transferiam seus ganhos de produtividade para as áreas desenvolvidas. Os preços das matérias primas produzidas pelas economias periféricas constantemente sofreriam desvalorização em relação aos bens produzidos pelos países do centro.

Isso ocorre como reflexo do movimento cíclico da economia. Os produtos primários, na fase descendente, têm queda dos preços maior do que a sua elevação durante a fase ascendente, ao passo que os preços dos produtos manufaturados eram mais rígidos e resistiam às quedas. Prebisch aponta que a deterioração dos termos de troca e o processo de industrialização induziam ao desequilíbrio do Balanço de Pagamentos das economias periféricas, e isso ocorria devido ao baixo coeficiente de importações dos Estados Unidos (Couto, 2007).

Outro aspecto que colabora para a deterioração dos termos de troca é que a divisão internacional do trabalho, que propicia o refinamento do avanço do progresso técnico intensivo em capital e aperfeiçoa a utilização de produtos primários na produção de bens de maior valor agregado, os industriais. Logo, o avanço tecnológico poupador de matérias primas nos centros faz com que a demanda por matérias primas nas periferias seja decrescente ao longo do tempo. Esse descompasso entre oferta e demanda contribui para a queda sistemática nos preços dos países produtores primários (Bielschowsky, 1988).

1.3 Tendência ao desequilíbrio externo

As economias periféricas tem sua produção pouco diversificada, por isso dependem das economias centrais, que as abastecem com bens de capital e intermediários. O desequilíbrio é consequência da exigência de importação por parte das economias que estão em processo de industrialização aliado a especialização de poucas atividades exportadoras.

Além disso, Couto (2007) aponta que Prebisch defende um segundo fator para o desequilíbrio externo: a elasticidade-renda da demanda. À medida que a renda das pessoas aumenta, a demanda por bens primários recua, enquanto há incremento na demanda relativa por bens industriais.

Bielschowksy (1988) reforça o aumento da demanda por bens industriais com o chamado “efeito demonstração”. As elites dos países periféricos ampliavam a pressão por produtos importados, ao copiar os padrões de consumo das economias centrais. Sem um sistema que assegure a proporcionalidade entre crescimento da capacidade de importar e crescimento da demanda por importação a tendência é que o desequilíbrio externo se instale.

1.4 A inflação e a tese estruturalista

Prebisch (1964) defendia a tese estruturalista sobre a inflação, para ele o aumento generalizado dos níveis de preços é apenas um fenômeno monetário. Segundo essa teoria, as condições estruturais da economia devem ser alteradas por meio do aumento da capacidade industrial instalada, assim devem existir esforços de crescimento contínuo e planejado por parte do Estado.

Para a Cepal, os problemas estruturais das economias periféricas eram os responsáveis pela elevação do nível de preços, que causava a

expansão monetária. A rigidez da oferta de alimentos era a principal causa do aumento inflacionário. Sua causa estava relacionada à concentração fundiária e pela pressão a qual a agricultura era submetida, pois a rápida urbanização exigia que a produção de alimentos aumentasse, ao mesmo tempo era fornecedora de matérias primas para a expansão da indústria (Pereira, 2011).

A oferta de alimentos requer reforma agrária e forte apoio governamental à infraestrutura de irrigação, armazenagem, transporte, etc. Isto, tanto quanto os gastos com serviços de utilidade pública, não pode ser implementado sem reforma radical no sistema tributário, e todas as mudanças são impensáveis numa economia estagnada. (Bielschowsky. 1988. P. 25)

Analisando melhor isso, as exportações, como visto anteriormente, tem seu ritmo de crescimento desacelerado, devido a deterioração dos termos de troca, a produção de alimentos é inelástica e os serviços públicos e a infraestrutura das economias periféricas é ineficiente, o que contribui para sua estagnação econômica.

Logo, a forma para superar esse cenário consiste em um grande esforço industrializante. A estrutura interna das economias periféricas precisa ser modificada para que haja maior independência de importações. Para que isso ocorra, é necessária a intervenção governamental.

1.5 A tese de substituição de importações

Conforme a teoria desenvolvimentista, temos que a inflação é um fenômeno estrutural, Prebisch via a industrialização da América Latina como maneira de corrigir o desequilíbrio externo. Nesse contexto, foi proposta a mudança do padrão de crescimento que antes tinha como foco o mercado externo. Assim, o mercado interno assume a dianteira, e o padrão de consumo se volta “para dentro”.

A expansão industrial resulta na interação entre o desequilíbrio externo e a demanda por importações. A substituição de importações é um

processo característico de industrialização das economias latino-americanas, que se inicia com a substituição de importações de bens finais não duráveis e se estende a bens duráveis finais e a bens intermediários e de capital.

A maturação desse processo depende de dois fatores: a adaptação da estrutura de produção das economias periféricas às novas demandas da expansão industrial e a sua capacidade de importar.

Com o propósito de tornar viável o processo de substituição de importações, o Estado assume papel central na condução de políticas em prol da industrialização. Isso foi feito através de proteção tarifária, concessão de incentivos e subsídios (Pereira, 2011).

Como as economias periféricas não possuem a tecnologia necessária para produzir bens intermediários e de capital, é necessário importá-los. Somente quando tiverem alcançado um estágio de desenvolvimento industrial mais maduro é que as economias latino-americanas só serão capazes de produzir internamente esses bens.

Tavares (2010) aponta que o processo de substituição de importações pode ser dividido em três períodos diferentes:

- i) Desde a grande crise até o fim da Segunda Guerra Mundial: nesse período as restrições do setor externo foram absolutas, o que exigiu esforço acentuado para que houvesse a substituição das importações. Neste primeiro intervalo, a substituição se concentrou em bens de consumo final não duráveis.
- ii) Fim da Segunda Guerra Mundial até o primeiro decênio depois da guerra: o setor externo exibiu melhora e viabilizando o aumento do dinamismo da economia. Como a atividade interna estava conjugada ao fluxo de exportações, sua melhora impactou no maior dinamismo

interno da economia. Este foi o melhor período para o processo de substituição de importações.

- iii) A partir de 1954: a situação externa voltou a ser mais restritiva e a capacidade para importar estagnou novamente.

O estrangulamento do setor externo leva à queda das exportações, forçando cada vez mais as economias subdesenvolvidas a mudarem a natureza das suas necessidades. Assim, as economias periféricas passam a enfrentar o desafio de produzir internamente os bens que antes eram importados (Tavares, 2010).

2. Desenvolvimentismo na moldura brasileira

O objetivo deste capítulo é mostrar como o desenvolvimentismo se manifestou no Brasil e quais foram as correntes de pensamento que contribuíram para a sua adoção, tendo como fio condutor as transformações relacionadas ao processo industrial. A recente retomada do desenvolvimentismo no Brasil e suas características serão abordadas no próximo capítulo.

Em linhas gerais, o desenvolvimentismo tem uma longa história, porém foi a partir da Grande Depressão, na década de 1930, que veio a se desenrolar na América Latina. Sua instalação foi viabilizada pela criação da Comissão Econômica da América Latina e do Caribe, Cepal, e pelas ideias de Prebisch, que entendiam que o subdesenvolvimento não pode ser considerado uma etapa comum a todos os países, e sim como uma condição periférica do capitalismo.

O Brasil teve sua Revolução Industrial tardiamente, em 1930, devido à junção, principalmente, de dois fatores: oportunidade econômica para investimentos no setor industrial e os efeitos da Crise de 1929 na economia mundial, inclusive no Brasil.

Bresser-Pereira (1987) mostra que até então o país apresentava estrutura tipicamente colonial, com bases agrárias. As transformações foram possíveis graças ao surgimento de um mercado interno e a modificação da estrutura do mercado externo, principalmente no que tange as importações.

A limitação na capacidade de importar foi determinante para que ocorresse o processo de substituição de importação. Com o cenário de depressão mundial, na década de 1930, houve queda nas exportações e deterioração dos meios de troca, decorrentes da queda do preço do café no mercado internacional. A situação se agravou ainda mais com a Segunda Guerra Mundial, que limitou a nossa capacidade de importar (Bresser-Pereira, 1987).

Nesse contexto, o desenvolvimentismo surge como uma opção para resolver o problema, colocando de lado o liberalismo econômico. Instala-se a ideia de que o país precisa se industrializar, e a melhor maneira de fazer isso é com a ajuda do Estado.

Gonçalves (2012) afirma que em muitos aspectos as raízes ideológicas do desenvolvimentismo estão associadas ao mercantilismo, que surgiu como uma reação contra a economia feudal, e defendia um estado forte com economia política robusta, além de buscar a derrubada das instituições econômicas locais.

O objeto do mercantilismo era a acumulação de riquezas e o aumento do poder do estado. Isso era feito via forte intervenção estatal, uso da tributação e do endividamento público como forma de acumular riquezas e gerar poder, incentivos à produção industrial.

Nesse contexto, o comércio exterior pode auxiliar o desenvolvimento econômico, desde que gere superávit na balança comercial, fator que favoreceria a acumulação de capital. Para isso devem ser definidas estratégias e políticas capazes de fortalecer a economia, colocando mais uma vez como protagonista na condução das atividades econômicas.

Segundo Gonçalves (2012), a aproximação entre o desenvolvimentismo e o mercantilismo fica clara ao observarmos esses aspectos, tornando-se ainda mais evidente a partir da Crise de 1929, quando o papel do estado é ampliado. A estratégia do crescimento econômico passa a se basear no processo de substituição das importações e na redução da vulnerabilidade externa.

Embora muitas sejam as interpretações dadas ao desenvolvimentismo, Fonseca (1988), em seu artigo *Gênese e Precursores do Desenvolvimentismo no Brasil*, aponta para um consenso na literatura quanto à existência de variáveis comuns:

- i) Nacionalismo: uma vez que o objetivo é a afirmação do Estado e suas instituições;
- ii) Intervencionismo: já que o respaldo do Estado é fundamental para a promoção do crescimento;
- iii) Industrialização: vista como caminho para acelerar o crescimento econômico.

2.1 Correntes precursoras do desenvolvimentismo

Fonseca (1988) mostra quatro correntes de pensamento que considera precursoras do desenvolvimentismo: o nacionalismo, os defensores da indústria, os papelistas e os positivistas. A seguir, analisaremos melhor cada uma delas.

2.1.1 Nacionalismo

As primeiras manifestações nacionalistas são observadas a partir do final do século XVII, com as revoltas nativas. Apesar disso, ainda não exista uma proposta clara de independência do Brasil. No primeiro momento, essas revoltas demonstravam apenas o descontentamento da população colonial em relação à Portugal.

A partir do século XVIII, observamos uma mudança de perfil nesses movimentos, pois o nacionalismo passa ser associado à independência do Brasil, que vira pauta de revoltas ocorridas ao longo desse período. Isso fica muito nítido quando observamos a Inconfidência Mineira, em 1789. Com isso o nacionalismo vira sinônimo de erguer uma nova nação.

Com o desenrolar do cenário político, o nacionalismo começa a ser percebido de forma diferente, sendo associado à defesa da indústria. Isso é

nítido ao observarmos as medidas adotadas por Alves Branco, já no século XX, que defendia que os interesses nacionais e da indústria não excluía a entrada de capital estrangeiro. O foco da economia deveria ser o mercado interno, sem excluir outros países, tidos como mercados auxiliares.

O nacionalismo agrário foi outra vertente observada nessa corrente, que pregava que o setor primário era considerado a vocação da economia brasileira, pois os recursos naturais eram abundantes, enquanto mão de obra e capital eram escassos. Em oposição aos nacionalistas agrários, temos os defensores da indústria.

2.1.2 Defensores da Indústria

Podemos associar a defesa da indústria ao espírito republicano e à modernização, que seriam responsáveis por viabilizar a independência do país. Esse grupo tinha que o Brasil precisava romper com as características exclusivamente agrárias, peculiar de países coloniais.

Os defensores da indústria, apesar de acreditarem nessa ruptura, não teciam uma crítica direta ao setor primário. Defendiam a complementaridade entre indústria e setor agrícola, não a substituição de um pelo outro, já que os dois são necessários para o desenvolvimento do país.

Além disso, apesar das críticas a situação colonial, não havia repúdio ao capital estrangeiro, ou falta de reconhecimento de admitir sua importância para a industrialização. Alguns defensores, inclusive, apontavam a necessidade de maior intervenção do governo no sentido de favorecer a indústria, utilizando tarifas, se necessário.

A intervenção em favor da indústria era justificada por seus defensores como sendo um fato histórico: *“Todos os governos civilizados começaram assim, favorecendo o desenvolvimento do órgão industrial”* (Carone, 1977, 23).

2.1.3 Papelistas

Outro aspecto precursor do desenvolvimentismo é o papelismo. Sua importância consiste no fato de admitir o crédito, aceitar certo nível de déficit público e ressaltar a importância de empréstimo para impulsionar a economia.

Os metalistas eram defensores do padrão ouro e pregavam a existência de uma relação entre política monetária e balanço de pagamentos. Para eles, uma economia saudável teria um fluxo natural de metais preciosos e a oferta de moeda sem lastro acarretaria em inflação. A política monetária deveria estar vinculada a política cambial.

Em oposição aos metalistas, os papelistas se preocupavam com o nível de atividade econômica, por isso a oferta de moeda deveria ter certa flexibilidade. O foco dos papelistas era a taxa de juros, fenômeno monetário determinado pela oferta e demanda de moeda.

A inovação dos papelistas consiste em uma política econômica responsável pelo crescimento e na ampliação do papel do Estado, que age como agente anticíclico, atuando em prol da produção com política mais flexível.

2.1.4 Positivistas

Como principal corrente opositora ao liberalismo temos o positivismo, que apresenta três vertentes: religioso, que inspirou a criação de templos positivistas; o científico, que pregava a supremacia do saber científico e a importância do método indutivo; e o político, que defendia a adoção de regras que influenciassem a boa administração das finanças e da política, além de influenciar o desenvolvimentismo.

A interferência do Estado na economia era aceita, desde que houvesse real necessidade. Os positivistas eram pragmáticos, e acreditavam que cada caso deveria ser analisado, por isso desconfiavam das teorias econômicas, já que pressupõem certo grau de generalização.

O positivismo era contra as ideologias e a política, defendendo a sua substituição pela administração e pela ciência. Era contrário ao liberalismo, e via na ação consciente do Estado e do governo, estimulando a neutralidade e impessoalidade das medidas a serem adotadas.

Ao contrário dos papelistas, os positivistas defendiam as finanças sadias, por isso o governo não podia gastar mais do que sua arrecadação, os empréstimos deveriam ocorrer somente em casos especiais e a concessão de crédito deveria ser praticada de maneira cautelosa. A defesa do orçamento equilibrado limitava o intervencionismo estatal. Uma das grandes contribuições do positivismo está relacionada à atribuição de maior responsabilidade ao Estado e seus governantes.

2.2 Desenvolvimentismo propriamente dito

Entendemos por desenvolvimentismo, neste trabalho, a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: (a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; (b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional através da espontaneidade das forças de mercado, e por isso, é necessário que o Estado a planeje; (c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e (d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada for insuficiente. (Bielschowsky, 1988, p.7)

Bielschowsky (1988) afirma que, no Brasil, o desenvolvimentismo ocorreu em três fases: i) 1930-1944, origem do desenvolvimentismo; ii) 1945-1955, amadurecimento do desenvolvimentismo; iii) 1956-1964: auge e crise do desenvolvimentismo.

Dois fatos históricos foram determinantes para o nascimento do desenvolvimentismo, o primeiro foi o surto industrial. Furtado (1959) defende que a crise no setor agroexportador fez com que o foco dos investimentos mudasse, colocando o mercado interno em primeiro plano.

Essa movimentação foi batizada por Furtado como *deslocamento do centro dinâmico* da economia brasileira. O setor cafeeiro, que já estava em crise por causa das super safras, foi atingido pela crise mundial, ou seja, ao mesmo tempo que ocorreu um excedente de produção, o preço no mercado internacional estava em queda, acentuando ainda mais os impactos no nível de preço. (SAES, 1989; *apud* Furtado, 1959)

A baixa brusca do preço internacional do café e a falência do sistema de conversibilidade acarretaram a queda do valor externo da moeda. Essa queda trouxe, evidentemente, um grande alívio ao setor cafeeiro da economia. A baixa do preço internacional do café havia alcançado 60%. A alta da taxa cambial chegou a representar uma depreciação de 40%. O grosso das perdas poderia, portanto, ser transferido para o conjunto da coletividade através da alta dos preços das importações. (Furtado, 1959, p. 218-219)

Bresser-Pereira (1983) mostra que a política de defesa do café surge com o objetivo de atenuar esse cenário via compra de parte do excedente do produto e queima de estoques. O setor cafeeiro era responsável por gerar efeito multiplicador na economia brasileira, sua proteção evitou o declínio brusco da renda interna, já que, com essa iniciativa, o nível de emprego no setor foi mantido.

Além disso, a desvalorização da moeda nacional frente à estrangeira provocou o aumento do preço dos produtos importados. A demanda interna,

que antes era abastecida majoritariamente por produtos de outros mercados, acaba se voltando para a produção interna.

O outro episódio que contribuiu para o desenvolvimentismo é um desdobramento do que foi exposto acima: a percepção de que era necessário minimizar a vulnerabilidade do Brasil frente às crises.

Dentre os eventos que contribuíram para isso, podemos citar a depressão internacional originada pela Crise de 1929. Houve uma ruptura economia do Brasil com o exterior, devido à queda das exportações e importações, forçando a economia brasileira a buscar uma solução alternativa: a industrialização.

Cria-se a consciência da necessidade de instituir mecanismos de centralização de recursos financeiros capazes de viabilizar a acumulação industrial pretendida. As discussões relativas à viabilidade de investimentos de grande porte na indústria pesada, como em siderurgia ou refinação de petróleo, foram momentos básicos nesse processo. Além disso, foram frequentes as reivindicações e propostas de indústrias no sentido de criar bancos dedicados ao financiamento da expansão de capital fixo na indústria. (Bielschowsky, 1988, p. 251)

O desenvolvimentismo foi a sistema de ideias econômicas com foco no projeto de industrialização, tendo como objetivo final superar o atraso do país em relação às demais economias e superar a pobreza.

Sua origem é observada no período compreendido entre 1930-45. O conjunto de fatores que viabilizou sua implementação foi a crise internacional e sua repercussão interna e a necessidade de centralizar a economia brasileira, após a Crise de 1929. A partir disso, surge a ideia de que é necessário defender um projeto para instalar um capitalismo industrial moderno viabilizado pelo governo.

Diante do que foi exposto, percebemos as características desenvolvimentistas no contexto brasileiro. A existência de um mercado interno aliado à limitação da capacidade de importar fez com que a indústria se

voltasse para a produção de bens de consumo manufaturados para consumo do seu próprio mercado.

Podemos ressaltar a ação do Estado com a atuação do governo para que a demanda interna fosse mantida. Para que a o impacto do setor cafeeiro fosse reduzido, parte da renda da agricultura foi transferida para o setor industrial via política de câmbio, além da adoção de medidas de proteção da indústria nacional com a política de câmbio e tarifária.

A questão dos investimentos, do ponto de vista privado, foi realizado no processo de substituição de artigos manufaturados importados. Do ponto de vista público, destinou-se à infraestrutura: petróleo, sistema de transporte e comunicação, indústria siderúrgica, energia.

A introdução do pensamento desenvolvimentista resultou na alteração do perfil estrutural brasileiro, tanto em relação à indústria leve, quanto pesada.

3. Esgotamento e retomada do desenvolvimentismo

A Grande Depressão nos anos 30 leva o modelo primário exportador ao colapso, isso atinge duramente as economias periféricas, que tinham a sua atividade econômica voltada para o mercado externo. Os preços dos produtos exportados despencam, reduzindo a receita cambial. A moeda nacional passa por um processo de desvalorização para que seja compensada a queda dos produtos exportados, essa desvalorização cambial, porém, leva ao aumento dos custos dos importados.

O modelo de substituição de importações (MSI) surge a partir do estrangulamento externo e se caracteriza pela “redução persistente do coeficiente das importações” (Bresser Pereira, 1977). Esse processo altera a estrutura da sociedade tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista social. A mudança de foco do mercado exportador para o interno deu início ao Processo de Substituição de Importações, que vai além de produzir internamente os produtos que anteriormente eram importados, já que o processo também reflete nos níveis de emprego e renda Fonseca (2009).

A visão econômica desenvolvimentista colocava o Estado no centro da defesa da industrialização. As principais ideias difundidas pelo pensamento brasileiro nesse período eram: i) o desenvolvimentismo é a maneira de superar a pobreza e o subdesenvolvimento; ii) o país necessita da intervenção do Estado para industrializar-se; iii) o Estado é responsável por definir quais setores serão expandidos e os instrumentos necessários; iv) o Estado é responsável por captar recursos e investir nos setores em que o investimento privado não for suficiente (Pereira, 2011).

Surge, assim, uma nova oportunidade de industrialização. O modelo primário-exportador viabilizou certo grau de acumulação de capital na infraestrutura, no transporte e na energia. O trabalho assalariado favorece o surgimento de um mercado interno e do processo de urbanização. De maneira

tímida se inicia a adoção de uma indústria de bens leves de consumo (Bresser-Pereira, 1977).

O desenvolvimentismo baseado no modelo de substituição de importações (MSI) foi predominante no pensamento econômico brasileiro entre 1930 e 1980. Após esse período, o aprofundamento da crise externa levou ao seu esgotamento, mudando o foco do protecionismo para o pensamento neoliberal, pautado na concorrência como impulsor do crescimento da economia (Finello e Feijó, 2017).

Em 1980, a crise do desenvolvimento industrial, tendo o Estado na posição centralizadora, difundiu a ideia de que o desenvolvimentismo era defeituoso (Bastos, 2012). A inflação estava consistentemente em patamares elevados, tornando necessária a adoção de políticas econômicas de curto-prazo, perdurando até o sucesso do Plano Real, em 1994 (Finello e Feijó, 2017).

O consenso era de que o desenvolvimentismo baseado no modelo de substituição de importações tinha se esgotado e a questão central na economia brasileira era definir qual o modelo de crescimento mais adequado, tendo em vista a inflação elevada. Os neoliberais tinham que o MSI precisava ser substituído, pois havia falhado. Assim, o protecionismo daria espaço para a concorrência, que defendia a abertura financeira e comercial, além das privatizações.

Para os desenvolvimentistas, porém, essa vertente ainda poderia contribuir positivamente para o cenário econômico brasileiro, mas precisava de alguns ajustes em relação ao MSI. As críticas ao governo de Fernando Henrique Cardoso fizeram com que essa discussão acerca do desenvolvimentismo ganhasse força, no entanto com ajustes em relação ao antigo desenvolvimentismo.

A seguir, serão debatidas as características e agendas do desenvolvimentismo no contexto mais recente, o novo-desenvolvimentismo e do social-desenvolvimentismo.

3.1 Novo-desenvolvimentismo

A influência da macroeconomia keynesiana confere à demanda agregada papel central na determinação das políticas desenvolvimentistas. Nos países onde a moeda não é forte, o crescimento equilibrado de longo prazo deverá ser determinado pelo crescimento das exportações, que devem crescer a uma taxa superior a das importações (Bresser-Pereira apud Corrêa e Feijó, 2017).

O mercado consumidor interno é limitado, pois o aumento do consumo depende da expansão contínua do salário real, o que diminuiria a taxa de lucro esperada. O impacto da redução dos lucros resultaria na redução dos investimentos em progresso técnico e na produtividade do trabalho. No longo prazo, portanto, não seria viável que o crescimento dos salários fosse superior à produtividade. Outro aspecto a salientar é que o crescimento dos gastos do governo deve respeitar os limites orçamentários, ou seja, existe um limite para o seu aumento, e se o nível de salários e lucros estiver muito alto, haverá excesso de demanda, resultando no aumento generalizado dos preços (Corrêa e Feijó, 2017).

No novo-desenvolvimentismo, a limitação da demanda interna confere maior importância à atividade exportadora. Isso, pois, as exportações são componente essencial para que a demanda agregada permaneça em um nível suficientemente elevado, viabilizando o crescimento de longo prazo. Assim, a estratégia a ser adotada seria a *export-led*, que consiste no crescimento do coeficiente de exportação pela redução do coeficiente de abertura e a desvalorização cambial.

O crescimento robusto das exportações de manufaturados permite uma elevada taxa de expansão do produto real, a qual induz um forte crescimento da produtividade do trabalho, viabilizando assim um crescimento não inflacionário dos salários reais e, portanto, a manutenção de uma taxa de juros baixa em termos nominais e reais. A expansão acelerada da demanda agregada num contexto de juros

reais baixos e estáveis induz os empresários a realizar grandes investimentos na ampliação e modernização da capacidade produtiva, permitindo assim que a oferta agregada se ajuste ao ritmo da demanda agregada, o que contribui para manter a inflação sob controle (Oreiro, 2012).

Como o mercado interno e os gastos do governo só podem se expandir até certo ponto, para que o crescimento de longo prazo seja sustentado, a taxa de crescimento das exportações deve ser mais elevada do que a das importações. A taxa de investimento voltado para exportações contribui para isto, visto que aumenta a capacidade produtiva e a disponibilidade de capital (Corrêa e Feijó, 2017 *apud* Bresser-Pereira *et al*, 2015).

O crescimento vinculado ao nível de exportação, e a capacidade produtiva e de infraestrutura são sustentados pelo investimento privado e público. O crescimento deve ser puxado pela demanda agregada, que estabelece que os países que não possuem moeda conversível, tem seu crescimento de longo prazo dependente do nível de crescimento da taxa de exportações de bens manufaturados (Oreiro, 2012).

No longo prazo, o crescimento se faz possível a partir do crescimento do mercado externo, o qual tem a taxa de investimento como principal variável macroeconômica para explicar o incremento do produto potencial. (Corrêa e Feijó, 2017). Nesse contexto, as políticas macroeconômicas devem ter sua orientação voltada para o regime de crescimento do tipo *export-led*. A seguir, analisaremos melhor o embasamento teórico para a sua adoção.

3.1.1 Política monetária

A política monetária para os novo-desenvolvimentistas deve ser estipulada tendo como meta uma taxa inflacionária estável no médio e longo

prazo, além de uma taxa de crescimento que o permita que o crescimento real do PIB seja compatível com o crescimento do balanço de pagamentos.

Para que esse objetivo seja alcançado, Oreiro (2012) aponta que a taxa básica de juros aos instrumentos de natureza regulatória devem estar alinhados. Dessa forma, a autoridade monetária teria maior autonomia para agir regulando taxas de crescimento nas operações de crédito e na regulação na entrada de capitais externos.

Além disso, a meta para a taxa de inflação deve ser de médio e longo prazo. No curto prazo, ela precisa ser mais flexível, permitindo que a autoridade monetária tenha maior grau de liberdade para acomodar os efeitos dos choques de demanda e oferta, que ameaçam desviar o crescimento do seu rumo.

3.1.2 Política fiscal

Oreiro (2012) mostra que, no caso dos países em desenvolvimento e sem moeda conversível, o objetivo é estabilizar o nível de atividade econômica no curto prazo, assim as taxas de crescimento apresentariam menor nível de flutuação, permitindo o crescimento sustentado do produto real no longo prazo. O nível da atividade econômica deve ser ainda compatível com a manutenção da relação dívida/PIB em patamares baixos, pois a elevação desta relação gera efeitos negativos na economia.

A maneira de colocar isso em prática é por meio de um déficit fiscal ciclicamente ajustado igual ou próximo a zero. Assim, na ocorrência de um choque negativo na demanda que coloque o crescimento do produto real abaixo da taxa de crescimento de equilíbrio do balanço de pagamentos, a política fiscal deverá ser ajustada para amortecer o impacto recessivo via aumento do déficit público. No longo prazo, isso será neutralizado pelo crescimento econômico compatível com o equilíbrio do balanço de pagamentos, normalizando o déficit da dívida pública (Oreiro, 2012).

A política fiscal deverá atuar como freio para expansão da demanda agregada quando houver choque positivo na demanda agregada e o crescimento do produto real for maior do que a taxa de crescimento de equilíbrio do balanço de pagamentos.

3.1.3 Política salarial

Para os novos-desenvolvimentistas, a política salarial afeta diretamente o nível inflacionário, visto que é fundamental para a estabilidade dos preços e para a competitividade da atividade econômica no longo prazo. Devido à correlação entre o custo unitário do trabalho e o deflator implícito do PIB, o controle das variações dos salários nominais é fundamental para a estabilidade dos preços no médio e longo prazo. Assim, a meta de inflação fixada pela autoridade monetária deve orientar a política salarial para compatibilizar o custo da taxa de aumento do custo unitário do trabalho com o aumento do nível de preços.

Oreiro (2012) coloca ainda que a política salarial também é relevante para o crescimento das exportações, pois a estabilidade da taxa de câmbio real está atrelada à política salarial, que deve ser compatível com a distribuição funcional da renda no longo prazo. Se a taxa dos salários reais for maior do que a taxa de crescimento da produtividade do trabalho, a participação dos salários na renda irá aumentar de forma cumulativa ao longo do tempo, gerando tendência da apreciação da taxa de câmbio. Porém, se os salários reais crescerem a uma taxa inferior a produtividade do trabalho, haverá transferência de renda dos trabalhadores para os capitalistas, o que acarretaria na redução dos gastos com consumo. Nesse caso, teríamos a taxa de crescimento da demanda agregada autônoma maior do que a taxa de crescimento da demanda agregada efetiva, isso impactaria na redução do ritmo de crescimento do produto real no longo prazo.

3.1.4 Política cambial

A adoção de um regime de crescimento do tipo *export-led* está relacionada a uma política cambial que garanta a competitividade do produto nacional frente ao mercado externo no médio e longo prazo. Cabe à autoridade monetária utilizar mecanismos de natureza regulatória, como a taxação sobre a entrada de capitais externos, para garantir que a taxa real efetiva de câmbio torne isso viável. Essa regulação tem como objetivo blindar a atividade comercial caso o fluxo de capital externo estabeleça uma tendência de apreciação da taxa real de câmbio, o que acarretaria na perda de competitividade e redução das exportações (Oreiro, 2012).

Para os novo-desenvolvimentistas a taxa de câmbio competitiva é fundamental para viabilizar as oportunidades de investimento e alcançar o crescimento equilibrado no longo prazo. Feijó e Corrêa (2017) explicam que a taxa de câmbio em patamares mais baixos reduziria o salário real e aumentaria o lucro dos empresários, estimulando-os a investir na aquisição de novas máquinas e em progresso técnico. Com isso, seria viável aumentar a produtividade do trabalho, possibilitando o aumento dos salários. O aumento das exportações refletiria no estímulo para produzir com o objetivo de atender ao mercado interno, favorecendo a maior dinamização do mercado de trabalho e, conseqüentemente, o consumo do próprio mercado interno. Esse ciclo permitiria que o país alcançasse o crescimento equilibrado.

3.1.5 Análise da proposta novo-desenvolvimentista

A grande ênfase dada à política cambial é a principal crítica ao modelo novo-desenvolvimentista no processo de crescimento e desenvolvimento, já que ela seria uma condição necessária, mas não suficiente para garantir os objetivos estipulados. Além disso, a política cambial seria benéfica para os trabalhadores apenas no longo prazo, quando o círculo virtuoso estivesse completo. No primeiro momento, seus salários reais seriam reduzidos. O estímulo ao setor exportador deveria ser aliado às reformas

estruturais, pois sozinho não seria capaz de concretizar as reformas almejadas (Corrêa e Feijó, 2017).

Para os novos-desenvolvimentistas, o círculo virtuoso transcorreria a partir da desvalorização cambial, que permitiria a estratégia *export-led*, atraindo investimentos para o setor exportador. Essa mesma desvalorização também seria responsável pela redução dos salários reais, proporcionando aumento do lucro dos empresários, estimulando-os a investir ainda mais e a adquirir novas máquinas e equipamentos que contribuam para o progresso técnico, ocasionando o aumento da produtividade do trabalho e permitindo o aumento salarial dos trabalhadores. Esse processo estimularia posteriormente a produção voltada para o âmbito interno, favorecendo a dinamização do mercado de trabalho e do mercado de consumo interno (Corrêa e Feijó, 2017).

Carneiro (2002, *apud* Corrêa e Feijó, 2017) aponta que essa estratégia de desvalorização do câmbio como maneira de aumentar as exportações foi bem sucedida no caso de alguns países asiáticos, pois seus mercados internos eram menores. No caso do Brasil, a estrutura produtiva é impactada pelo mercado interno, pois ele é suficientemente grande para alterar a indústria nacional. Além disso, o ônus da desvalorização recairia no curto prazo sobre os trabalhadores, que teriam seus salários reais reduzidos e só seriam compensados caso esse ciclo se concretizasse.

3.2 Social-desenvolvimentismo

A adoção do prefixo “social” decorre da diferenciação feita em relação ao desenvolvimentismo observado nas décadas de 1960 e 1970, quando houve rápido crescimento econômico acompanhado da piora na distribuição da renda. Esta dimensão do desenvolvimentismo tem como foco incorporar a aspecto social como elemento orientador do desenvolvimento (Biancarelli e Rossi, 2013).

Bastos (2012) mostra que a corrente redistributiva do social-desenvolvimentismo favorece o papel do Estado para realizar projetos de

investimento que vão além da acumulação capital e favorecem a reestruturação de setores primários como a infraestrutura, educação básica, saúde.

No social-desenvolvimentismo o crescimento se dá a partir da expansão do mercado interno, via aumento do consumo das massas. Dessa forma, o regime macroeconômico deve ter o Estado como agente ativo na busca pelo maior dinamismo econômico, tendo como foco a melhor distribuição de renda e ampliação da infraestrutura social (Biancarelli e Rossi, 2013).

Nesta linha, a redistribuição de renda e a expansão do mercado interno pressionam as estruturas produtivas e logísticas, exigindo aumento dos investimentos por parte dessa demanda. Com isso, surgem novas pressões no orçamento fiscal, o que causa em novas solicitações redistributivas sobre gastos sociais (Bastos, 2012).

A ênfase social do desenvolvimentismo decorreu de alguns aspectos do contexto econômico. Dentre eles podemos citar as políticas de transferência de renda a camadas mais pobres da população, instrumentos brasileiros de seguridade social, a política de valorização real do salário mínimo e o comportamento favorável do mercado de trabalho (Biancarelli e Rossi, 2014).

Para um projeto social-desenvolvimentista, o desenvolvimento está pressuposto como uma intenção política, e não como uma espontaneidade advinda dos automatismos do mercado. Dessa forma, o regime macroeconômico deve ser compatível com um papel ativo do Estado na busca de um dinamismo econômico capaz de assegurar o aprofundamento do processo de distribuição de renda e de expansão da infraestrutura social. Para tanto, o Estado deve usufruir de um maior grau de discricionariedade no manejo da política macro, o que não implica dizer que não se devam estabelecer regras, limites e diretrizes para a gestão da política macroeconômica (Rossi, 2015, p. 11).

O regime macroeconômico do social-desenvolvimentismo tem como funções orientar a política macroeconômica para uma atuação anticíclica e criar um ambiente favorável ao investimento em infraestrutura. Neste sentido, o

setor público seria responsável tanto por arcar com parte dos investimentos deste setor, quanto criar um ambiente favorável para que induzir os investimentos pela iniciativa privada. A seguir, iremos analisar melhor o funcionamento da agenda macroeconômica social-desenvolvimentista.

3.2.1 Política cambial

Biancarelli e Rossi (2014) defendem que para a agenda social-desenvolvimentista a melhor estratégia seria de uma política cambial ativa, que se subdividiria em dois grupos: um ligado a Conta Corrente do Balanço de Pagamentos, outro ligado à Conta Financeira.

A justificativa para a política cambial ativa é o ciclo de preços das commodities. Na ocorrência de choque de demanda, os setores produtores de commodities tendem a ajustar a produção com base nos preços, isso torna as receitas com exportações mais voláteis. A instabilidade afeta a taxa de câmbio, motivo pelo qual é necessária uma política cambial que amenize esses efeitos.

Há um segundo argumento ligado à Conta Corrente, que são os riscos da “Doença Holandesa²”, que corresponde à apreciação crônica da taxa de câmbio. Aqui, o papel da política cambial tem como finalidade evitar a apreciação excessiva da taxa de câmbio,

Em relação ao aspecto financeiro, Biancarelli e Rossi (2014) ressaltam que a política cambial ativa é responsável por conter os excessos da volatilidade da taxa de câmbio e a apreciação excessiva da moeda doméstica, sua orientação deve ocorrer no sentido de conter esses efeitos.

² Refere-se à relação entre a exportação de recursos naturais e o declínio do setor manufatureiro. A abundância de recursos naturais gera vantagens comparativas para o país que os possui, levando-o a se especializar na produção desses bens e a não se industrializar ou até a se desindustrializar. No longo prazo, a consequência pode ser a inibição do desenvolvimento econômico.

3.2.2 Política fiscal

O social-desenvolvimentismo coloca que o mais indicado é o regime fiscal de superávit primário, o qual institui metas para o resultado fiscal do setor público, levando em conta suas despesas não financeiras. Busca-se a sustentabilidade da dívida pública, através da correção de incentivos e contenção dos excessos de gasto do governo, de forma a garantir a responsabilidade fiscal.

Assim, as metas de superávit primário devem ser estabelecidas para períodos anuais, e objetivam assegurar a sustentabilidade da dívida pública no longo prazo, além de limitar a discricionariedade fiscal da ação pública. Isso reforçaria o aspecto pró-cíclico do regime, favorecendo a economia (Rossi, 2014).

3.2.3 Regime de metas de inflação

Além da pressão da demanda agregada no nível de preços, o social-desenvolvimentismo coloca que existem fatores estruturais associados ao processo de desenvolvimento que também contribuem para o aumento generalizado no nível de preços.

A vantagem do regime de metas é o compromisso com a estabilidade de preços e um ponto de referência para a elaboração das políticas monetárias. No social-desenvolvimentismo temos que o uso da taxa de juros como instrumento de contenção inflacionária afeta a demanda agregada não é a melhor opção, já que o núcleo do problema do aumento do nível de preços está no lado da oferta, por isso deve ter como alvo a redução da taxa de juros, favorecendo o desenvolvimento de um sistema de crédito e financiamento de longo prazo favorecendo os investimentos (Rossi, 2014).

3.2.4 Análise da proposta social-desenvolvimentista

Para o social-desenvolvimentismo a expansão do consumo das massas é a força motriz para o crescimento econômico. Sua expansão estimularia o fluxo de investimentos, que refletiria na produtividade e competitividade, estimulando as inovações. O aumento do consumo decorre da queda dos preços dos produtos industriais, consequência da presença de economias de escala dinâmica. Dando início é uma nova rodada de investimentos.

Analisando esse ciclo pelo lado da renda, o efeito direto da expansão do investimento é a geração de empregos, o que aumentaria a renda disponível e, por consequência, o consumo. A expansão do consumo afeta positivamente o lucro dos empresários. Além disso, os incrementos relatados neste ciclo refletirão no aumento de arrecadação do governo, pois temos o aumento das receitas tributárias do setor público (Corrêa e Feijó, 2017).

Corrêa e Feijó (2017) afirmam que o ponto mais sensível dessa teoria é a maneira de sustentar esse ciclo, apesar da elevada restrição externa. Essa estratégia é vista como prioridade política e carece da forte atuação do Estado na elaboração de políticas econômicas para a geração de efeitos positivos, desde que o contexto externo esteja estável.

Conclusão

A formação do pensamento econômico brasileiro recebeu forte influência da Cepal, que teve como principal expoente o economista argentino Raul Prebisch. A teoria do desenvolvimentismo é uma análise de como transcorre a transformação da economia nos países latino-americanos, os quais seguem um padrão diferente das economias industrializadas centrais.

O desenvolvimento industrial como forma de superação da pobreza, tendo como base as mudanças estruturais dessas economias foi ganhando cada vez mais força, e o Estado assumiu o protagonismo da situação, já que era o responsável por programar meios que viabilizassem o crescimento.

No Brasil, já havia correntes de pensamento consideradas precursoras do desenvolvimentismo: o nacionalismo, os defensores da indústria, os papelistas e os positivistas. Apesar disso, foi apenas volta de 1930 que o desenvolvimentismo ganhou força. A Grande Depressão resultou na queda das exportações e a deterioração dos termos de troca, enquanto a Segunda Guerra mundial comprometeu nossa capacidade de importar. Assim, a forma de superar esses problemas seria por meio da industrialização do Brasil, tendo o Estado papel central na condução desse processo.

Esse contexto favorece o surgimento do Modelo de Substituição de Importações, que foi predominante entre o período de 1930 e 1980. Esse processo proporciona a mudança de foco do mercado externo para o interno, e vai além de produzir internamente os produtos que anteriormente eram importados, já que o processo também reflete nos níveis de emprego e renda. Essa oportunidade de industrialização viabilizou certo grau de acumulação de capital na infraestrutura, no transporte e na energia. O trabalho assalariado favorece o surgimento de um mercado interno e do processo de urbanização. De maneira tímida, se inicia a adoção de uma indústria de bens leves de consumo.

Em 1980, a crise do desenvolvimento industrial tendo o Estado na posição central difundiu a ideia de que o desenvolvimentismo era defeituoso e precisava ser substituído. O aprofundamento da crise externa mudou o foco econômico do protecionismo para o pensamento neoliberal, pautado na concorrência como impulsor do crescimento da economia.

Enquanto os neoliberais acreditavam no esgotamento do modelo desenvolvimentista, os desenvolvimentistas tinham que o modelo havia apenas fracassado e poderia ser ajustado. As críticas ao governo de Fernando Henrique Cardoso fizeram com que essa discussão acerca do desenvolvimentismo fosse retomada, porém com diferenças em relação à agenda antiga. Surgem assim as propostas do novo-desenvolvimentismo e o social-desenvolvimentismo.

O novo-desenvolvimentismo tem como principal ponto a taxa de câmbio, pois o mercado consumidor interno é limitado e a maneira de expandir a de fazer com que a demanda agregada fique em um patamar suficientemente alto é por meio do estímulo à atividade exportadora. A desvalorização cambial viabilizaria a estratégia *export-led* e atrairia investimentos para o setor exportador. No curto prazo, também reduziria os salários reais e aumentaria a margem de lucros dos empresários, favorecendo novos investimentos para aquisição de máquinas e equipamentos que contribuam para o progresso técnico. Isso estimularia a produção voltada para o mercado interno, dinamizando o mercado de trabalho e o consumo, possibilitando o crescimento equilibrado no longo prazo.

A crítica a essa estratégia consiste na ênfase dada à política cambial, pois ela é condição necessária, mas não suficiente para atingir o cenário almejado. Outro ponto sensível é que a política cambial seria benéfica para os trabalhadores apenas no longo prazo, quando o círculo virtuoso estivesse completo. No primeiro momento, seus salários reais seriam reduzidos, por isso o estímulo ao setor exportador deveria ser aliado às reformas estruturais, pois sozinho não seria capaz de concretizar as reformas almejadas.

Já o social-desenvolvimentismo recebeu esse prefixo devido à diferenciação feita em relação ao antigo desenvolvimentismo, já que seu foco abrange também o aspecto social como elemento orientador do desenvolvimento. O crescimento econômico para tem como principal variável o consumo interno de bens de massa.

O regime macroeconômico para este grupo visa orientar a política macroeconômica para uma atuação anticíclica e criar um ambiente favorável ao investimento em infraestrutura, que refletiria na produtividade e competitividade, estimulando as inovações. O aumento do consumo decorre da queda dos preços dos produtos industriais, consequência da presença de economias de escala dinâmica. Dando início é uma nova rodada de investimentos.

Essa estratégia é vista como prioridade política e carece da forte atuação do Estado na elaboração de políticas econômicas para a geração de efeitos positivos, apesar da elevada restrição externa, entendida como seu ponto mais sensível.

Referências Bibliográficas

AMADO, Adriana Moreira; MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 1 (53), p. 1-28, abr. 2015.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Econ. soc.*, Campinas, v. 21, n. spe, p. 779-810, Dec. 2012 .

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Econ. soc.*, Campinas, v. 21, n. spe, p. 779-810, Dec. 2012.

BIANCARELLI, A. M.; ROSSI, P. L. A política macroeconômica em uma estratégia social-desenvolvimentista. *Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento*. Brasília, Volume 4, nº 1, 2014, p. 21 – 38.

BIELSCHOWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Ipea; Inpes, 1988.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. São Paulo: Editora 34, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930-1983. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estado e Subdesenvolvimento Industrializado. São Paulo. Editora Brasiliense, 1977.

CARONE, Edgar. O pensamento industrial no Brasil (1880-1945). Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.

CEPEDA, V. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico. *Estudos Avançados*, v. 26, n. 75, p. 77-90, maio/ago. 2012.

COLISTETE, Renato Perim. (2001). O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. *Estudos Avançados*, 15(41), 21-34.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *O financiamento do investimento em infraestrutura no Brasil: uma agenda para sua expansão sustentada* / Confederação Nacional da Indústria. – Brasília: CNI, 2016. 78 p.: il.

COUTO, Joaquim Miguel. *O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 45-64, abr. 2007.

CURADO, Marcelo. Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro. *Econ. soc.*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 609-640, Dec. 2013.

FINELLO, M.; FEIJÓ, C. O Desenvolvimentismo no Brasil: o Debate Atual. *Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 35, n. especial, p. 233-262, jul. 2017.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e Precusores do Desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 15, n. 2 (26), 2004.

FONSECA, P. C. D. Vargas: o Capitalismo em Construção. Editora Brasiliense, São Paulo, 1989.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; Souza, Luiz Eduardo Simões de. *O Processo de Substituição de Importações*. São Paulo. Editora LCTE, 2009.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959.

GONÇALVES, Reinaldo. *Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado*. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012

IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Developmentalism and new-developmentalism. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo , v. 33, n. 2, p. 222-239, June 2013 .

OREIRO, José Luis; FEIJO, Carmem A.. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo , v. 30, n. 2, p. 219-232, junho/ 2010 .

OREIRO, José Luis; Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica. *Estudos avançados* 26 (75), 2012

PEREIRA, José Maria Dias. *Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil*. CADERNOS do DESENVOLVIMENTO, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p.121-141, jul.-dez. 2011.

PEREIRA, José Maria Dias. *Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil*. CADERNOS do DESENVOLVIMENTO, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p.121-141, jul.-dez. 2011.

PREBISCH, R. *The economic development of Latin America and some of its principal problems*. Cepal, 1949.

RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROSSI, Pedro. Regime macroeconômico e o projeto social-desenvolvimentista. In: In: CALIXTRE, André. B.; BIANCARELLI, André M.; CINTRA, Marco A. M. (Ed.). *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: Ipea, 2014. p.195-226.

SAES, Flávio A. M. de. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. *Estud. av.*, São Paulo , v. 3, n. 7, p. 20-39, Dec. 1989 .

TAVARES, M.C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. *Boletín Económico de América Latina*, Santiago, 9 (1), mar. 1964.

TAVARES, M. C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: _____. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TAVARES, Maria da Conceição. Desenvolvimento e igualdade: homenagem aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares/Organizadores: João Sicsú, Douglas Portari. – Rio de Janeiro: IPEA, 2010.